

Jundiá **Rio Grande do Norte - RN**

Histórico

A região de Jundiá, até início do século XVII, era habitada exclusivamente por povos indígenas, sendo que alguns grupos viviam em clãs familiares, caracterizando-se pelo nomadismo, e outros eram sedentários, de origem tupi-guarani, que se dedicavam à produção de milho e mandioca

Eram povos guerreiros, bons caçadores e pescadores, organizavam-se em aldeias compostas por cabanas circulares feitas de tronco e cobertas de palha. Em cada uma delas, moravam várias famílias aparentadas entre si. Parte da cultura indígena foi incorporada pelos brancos colonizadores, entre elas a técnica construtiva e a utilização de queimadas na lavoura.

Os primeiros colonizadores brancos chegaram à região em 1.615, seguindo o processo de interiorização. Apesar das controvérsias dos historiadores, a versão mais aceita sobre a fundação do município remete à vinda de Rafael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes que, por motivações políticas, fugiram de São Paulo e refugiaram-se nos arredores, fundando a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, que foi elevada à categoria de Vila em 14 de Dezembro de 1.655.

Os novos colonizadores afugentaram os grupos indígenas, que se embrenharam na mata. A origem de Jundiá está ligada diretamente ao movimento bandeirante, principal responsável pela ocupação da antiga Capitania de São Vicente

. Ao longo dos séculos XVII, XVIII e início do XIX, a economia da cidade se limitou a pequenas lavouras de subsistência, que abasteciam moradores da vila, tropeiros e bandeirantes.

Na época, a região era formada por várias sesmarias pertencentes à Capitania de São Vicente, conhecida como “Portão do Sertão”, início do caminho de muitas entradas e bandeiras. Durante longo período, a escravidão indígena foi a base da mão-de-obra local, embora essa prática fosse proibida por lei

A cidade possuía, naquela época, quatro ruas centrais, paralelas, chamadas então de Rua Direita (atualmente Barão de Jundiá), Rua do Meio (Rua do Rosário), Rua Nova (Senador Fonseca) e Rua Boa Vista (Zacarias de Góes). As melhores casas eram de taipa e terra, enquanto os moradores mais humildes usavam o pau a pique, cobertas por sapé. A insurgente localidade possuía a Capela de Nossa Senhora do Rosário (hoje no local está o Gabinete de Leitura Rui Barbosa), o Hospício dos Beneditos e o Mosteiro de São Bento, um dos poucos monumentos sobreviventes.

Naquela época, o abastecimento de água era feito rudimentarmente por meio de bicas públicas e a iluminação provinha de candeeiros de querosene, que eram suspensos nas paredes, acesos no final da tarde e apagados ao raiar do sol.

Um dos pontos comerciais mais movimentados, então, era o Largo do Rocio, que deu lugar atualmente à Praça da Bandeira. Dentre as atividades agrícolas, a cana-de-açúcar era o destaque, mas a produção era utilizada para a fabricação de aguardente

. Em meados do século XVIII o número de escravos indígenas e de escravos de origem africana já era praticamente o mesmo, mas a partir da segunda metade deste século, a quantidade de africanos se intensificou, até que a mão-de-obra indígena foi totalmente abandonada. À medida que o número de africanos aumentava, também cresciam os focos de resistência, entretanto, há poucos registros históricos sobre a vida destes trabalhadores. Em 28 de Março de 1.865 Jundiá foi elevada à categoria de cidade.

A partir da segunda metade do século XIX a produção cafeeira ganhou força para o oeste e isso promoveu o crescimento da cidade, e junto com o café vieram a ferrovia e as indústrias. A Ferrovia Santos-Jundiá foi inaugurada em 1.867, época em que se observava a crise do escravismo e a conseqüente alta do preço do escravo. Neste contexto, os grandes produtores

rurais passaram a buscar novos trabalhadores e teve início o amplo processo de imigração, com a participação direta do Governo Federal.

Os primeiros foram os italianos, que se instalaram preferencialmente na região da Colônia, no Núcleo Barão de Jundiá, implementado pelo então presidente da Província de São Paulo, Dr. Antônio de Queiroz Telles (Conde de Parnaíba), filho do Barão de Jundiá. Depois, outros europeus foram instalados no comércio e na lavoura e alguns passaram rapidamente de colonos a proprietários, incrementando a atividade agrícola. A imigração estimulou o crescimento comercial e industrial e, ainda, do segmento de serviços e infra-estrutura urbana.

Enquanto isso, Jundiá ia se destacando como uma cidade estratégica no setor ferroviário, com a instalação da Ferrovia Santos-Jundiá (em 1.867), a Cia. Paulista de Estradas de Ferro (em 1.872), da Cia. Ituana (em 1.873), da Cia. Itatibense (em 1.890) e a Cia. Bragantina (em 1.891).

Gentílico: aguardando poder legislativo

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Jundiá de Cima, pela lei estadual nº 2874, de 04-04-1963, subordinado ao município de Várzea.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito de Jundiá de Cima, figura no município de Várzea.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VI-1995.

Elevado à categoria de município com a denominação de Jundiá, pela lei estadual nº 6985, de 09-01-1997, desmembrado de Várzea. Sede no atual distrito de Jundiá (ex-Jundiá de Cima). Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-2001.

Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alteração toponímica distrital

Jundiá de Cima para simplesmente Jundiá, alterado pela lei estadual nº 2874, de 04-04-1963.